



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682069 - PR (2021/0230788-0)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : CAROLINE SCANDELARI RAUPP E OUTROS  
**ADVOGADOS** : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966  
FELIPE FERNANDES DE CARVALHO - DF044869  
CAROLINE SCANDELARI RAUPP - DF046106  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : SERGIO SOUZA BOCCALETTI  
**CORRÉU** : JOSE LAZARO ALVES RODRIGUES  
**CORRÉU** : CESAR LUIZ DE GODOY PEREIRA  
**CORRÉU** : LUIS EDUARDO CAMPOS BARBOSA DA SILVA  
**CORRÉU** : GLAUCO COLEPICOLA LEGATTI  
**CORRÉU** : MARIO COSTA ANDRADE NETO  
**CORRÉU** : ROGERIO SANTOS DE ARAUJO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SERGIO SOUZA BOCCALETTI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (HC n. 5022174-31.2021.4.04.0000/PR).

O paciente foi condenado no âmbito da Operação Lava Jato às penas de 7 anos e 11 dias de reclusão no regime inicial semiaberto e de 176 dias-multa, além do pagamento de indenização no valor de R\$ 4.004.193,32, pela prática do delito de lavagem de capitais, ocasião em que foi mantida a medida de cautelar de proibição de deixar o país, com a manutenção dos passaportes brasileiros e eventualmente estrangeiros acautelados em juízo.

Os impetrantes sustentam que não haveria quaisquer indícios de que o paciente poderia, em caso de viagem internacional, utilizar valores em supostas contas secretas no exterior para se furtar da aplicação da lei penal.

Alegam que o réu discriminou ao Juízo Federal todas as contas existentes no exterior e teve os seus ativos bloqueados por ordem judicial quando da substituição da prisão preventiva por medidas alternativas, o que reforçaria a ilegalidade da proibição de realizar viagens internacionais.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da medida cautelar de proibição de realizar viagens internacionais imposta ao paciente, devolvendo-se o seu passaporte.

Às fl. 896, a defesa pugna, ainda, pela decretação do sigilo dos autos, ante a juntada de documentos pessoais de menores de idade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura da decisão impugnada, verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da medida cautelar de proibição de realizar viagens internacionais imposta ao paciente (e-STJ fls. 877-887):

[...]

Pois bem. Embora a proibição de deixar o país represente alguma restrição ao paciente, a exemplo de outras proibições previstas na Lei Processual Penal, como a proibição de ausentar-se da comarca, cabe dizer que com a prisão preventiva não se confunde, tratando-se de medida menos gravosa do que a restrição integral à liberdade e com relação a ela substitutiva.

[...]

Ora, revisando os autos, não verifico a presença de elementos hábeis a autorizar a intervenção do juízo recursal. A decisão ora impugnada está devidamente fundamentada e não revela nenhuma ilegalidade latente.

**2.2. SÉRGIO SOUZA BOCCALETTI foi condenado nos autos da Ação Penal n.º 5023952-90.2018.4.04.7000 por crimes de lavagem de dinheiro com a utilização de contas correntes no exterior à pena de 07 (sete) anos e 11 (onze) dias de reclusão e 176 (cento e setenta e seis) dias-multa.**

Nesse contexto, descabe aqui revisitar os fundamentos utilizados para a primitiva decretação de sua prisão preventiva pelo juízo de origem, no que diz respeito à prova de materialidade e aos indícios de autoria. A prolação da sentença condenatória releva um estágio ainda mais avançado do que aquele inicial, em cognição sumária, que geralmente orienta a decretação de cautelares pessoais.

Embora os fatos narrados na ação penal distem 7 anos no tempo, a contemporaneidade não está associada diretamente ao tempo em que o crime foi praticado, mas sim aos efeitos danosos por ele produzidos e seu prolongamento no tempo. Assim, independente da data da prática delitiva já reconhecida em sentença, há que se aferir se o risco à aplicação da lei penal ainda persiste.

Ou seja, a duração da prisão ou de vigência de qualquer cautelar substitutiva, não é essencial para a revogação da cautela. A contemporaneidade não está associada, pois, ao tempo de cumprimento da medida, mas sim à persistência do risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal.

Prosseguindo, o paciente teve prisão temporária decretada em 04/04/2018 (evento 04 do Pedido de Busca e Apreensão nº 5013794- 73.2018.4.04.7000) e convertida em prisão preventiva em 12/05/2018 (evento 59 do Pedido de Busca e Apreensão nº 5013782-59.2018.4.04.7000, trasladado no evento 65 dos autos nº 5013794-73.2018.4.04.7000).

Como informa o juízo de origem, na Ação Penal nº 5023952- 90.2018.4.04.7000 a prisão preventiva foi substituída pelas seguintes medidas cautelares: fiança de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais), com parte consubstanciada nos dez milhões

*de reais anteriormente bloqueados por este Juízo; discriminação de todas as contas no exterior e autorização de acesso à documentação respectiva pelas autoridades brasileiras; e proibição de deixar o país, com a entrega dos passaportes em Juízo (evento 287).*

*Quando da prolação da sentença condenatória recentemente proferida nos autos da referida ação penal em 01/02/2021, restou mantida tão somente a cautelar de proibição de deixar o país, o que, ao meu sentir, dada a natureza dos crimes cometidos - em particular, a transnacionalidade - mostra-se absolutamente proporcional e justificável.*

*Vale lembrar que o paciente foi condenado por crimes de lavagem de dinheiro com a utilização de modus operandi bastante conhecido no âmbito da "Operação Lava-Jato": contratos fictícios para dar sustentação a transferências bancárias.*

*2.3. O contexto apurado na ação penal de origem não socorre o paciente. Pesa em desfavor de SÉRGIO SOUZA BOCCALETTI, condenações por lavagem de dinheiro relacionadas a contratos espúrios da Gasbol com a Alusa, da Gasbol com Oggi e Avantech, além de transferências para o corréu GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI no exterior.*

*Todas as condutas, lesivas a estatal petrolífera Petrobras S.A.*

*Destaco, da sentença condenatória, as seguintes passagens:*

*Ainda, cabe destacar, quanto à conexão entre as diversas "camadas" de lavagem de dinheiro, o quanto apontado pelo Parquet no sentido de que, no ano de 2013, a quantia líquida repassada a SÉRGIO BOCCALETTI pela Alusa foi de R\$ 1.276.712,16, que seria valor próximo da quantia de R\$1.266.975,00 transferida de SÉRGIO para ROGÉRIO ARAÚJO no mesmo período. Nesse sentido, Relatório de Informação nº 75/2018, da Assessoria de Pesquisa e Análise – ASSPA/PRPR (evento 02, anexo23) e Relatório de Informação nº 79/2018 elaborado pela Assessoria de Pesquisa e Análise da Procuradoria da República no Estado do Paraná – ASSPA/PRPR (evento 02, anexo21 e anexo22).*

*Ainda, aponta o Relatório nº 75/2018 (evento 02, anexo23) que, alguns dias antes do repasse de USD 434.783,00 da Lurgan Enterprises para a conta Dropjack Corporation, em 19/04/12, a Garuda Consultoria (antiga Avantech Serviços de Engenharia Ltda) recebeu R\$ 750.800,00 (04/04/2012) e R\$ 563.100,00 (17/04/2012) da Gasbol.*

Ademais, como visto, ROGÉRIO ARAÚJO afirmou que realizou tal transferência para a conta de GLAUCO no interesse de SÉRGIO BOCCALETTI, a pedido de Bernardo Freiburghaus, e GLAUCO, por sua vez, questionado em juízo, afirmou que Bernardo controlava os recebimentos de sua conta, o que corrobora a afirmação de ROGÉRIO. Também, a documentação de abertura da conta de GLAUCO demonstra que foi aberta por intermédio de Bernardo.

Em que pese GLAUCO afirme que não gerenciou suas contas no exterior no dia a dia, pelo seu envolvimento com parte dos delitos antecedentes - em especial o de corrupção, descrito nos itens II.2.1. e II.2.1.1.3 acima -, atrelado ao seu cargo de gerente geral da RNEST, seria implausível concluir que o acusado não teria conhecimento de que estaria submetendo recursos oriundos dos aludidos crimes a condutas de ocultação e dissimulação.

As provas revelaram que as operações realizadas por SÉRGIO BOCCALETTI e ROGÉRIO ARAÚJO tinham por finalidade novo escamoteamento de valores obtidos com a prática de crimes contra a Petrobras, e seriam utilizados para o repasse de propina a agentes públicos da estatal, em especial GLAUCO COLEPICOLO.

...

#### **II.2.2.2.3. GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI**

O MPF imputa a GLAUCO COLEPICOLO a prática do crime de lavagem de dinheiro, por 01 vez, na forma do artigo 1º, caput e V e §4º, da Lei nº 9.613/98. Tal imputação decorre de sua atuação na prática de atos de lavagem de ativos quando do recebimento de vantagens indevidas, no caráter de Gerente Geral da RNEST, no âmbito do contrato da ALUSA com a Petrobras para as obras da CAFOR - RNEST.

Quanto a isso, GLAUCO COLEPICOLO recebeu, na conta da offshore Dropjack Corporation, por ele controlada, US\$ 434.783,00, na data de 19/04/2012, da conta titularizada pela offshore Lurgan Enterprises Inc., controlada por ROGÉRIO ARAÚJO. Tal pagamento teria sido operacionalizado por ROGÉRIO ARAÚJO, a pedido de Bernardo Freiburghaus e no

interesse de SÉRGIO BOCCALETTI, sendo proveniente da ALUSA.

A esse respeito, anexou o MPF documentos de abertura da conta Dropjack Corporation, nos quais GLAUCO COLEPICOLO LEGATTI aparece como beneficiário, e consta que a recomendação do cliente foi realizada por Bernardo Fraiburghaus (evento 02, anexo 47, fl. 14 e 69).

*Nessa perspectiva, são incontestas a gravidade dos delitos apurados na ação penal, assim como o caráter transnacional da empreitada criminosa. O próprio paciente, a propósito, confirmou a existência de consta no exterior de sua titularidade, como se extrai da petição do evento 329 da ação penal.*

*Confira-se:*

Conforme a Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE anual 2017), Sergio Boccaletti esclarece e discrimina “todas as contas por ele mantidas, direta ou indiretamente (em nome de o?-shores por exemplo)”, autorizando, desde logo, o acesso à documentação respectiva:

- a Hares?eld Mount Holdings Ltd., sediada em Bahamas, com conta no Itaú Bahamas, n. 1000480;

- a Brickenden S/A, sediada no Panamá, com contas no HSBC, n. 17938088, no PICTET, n. 128668.001, e no CORNER, n. 358616, todas na Suíça;

- Sergio Souza Boccaletti, França, BP Aquitaine Centre Atlantique, agência de Hossegor (Code Banque 10907, Code Guichet 00020, N° du compte 96019381449, Clé RIB 24).

Eis o esclarecimento e o detalhamento de todas as contas mantidas pelo peticionário, não havendo “contas secretas” ou quaisquer outras não declaradas.

*Embora a alegação de inexistência de contas secretas (não declaradas), isso não minimiza o fato de o paciente possuir vínculos sólidos no exterior, seja patrimoniais, seja pela presença de familiares no estrangeiro, a respeito dos quais alega não poder desfrutar dos laços familiares.*

**2.4.** *Nessa linha, tenho que a proibição de deixar o país é compatível e proporcional, não se mostrando exagerada no tocante à necessidade de assegurar a aplicação da lei penal. Ao contrário, a cautela é bastante singela.*

*Regra geral, a existência de contas no exterior com movimentação supostamente ilícita e ainda não bloqueadas ou recuperadas, justifica a preventiva para evitar a a dissipação de valores. Precedentes*

STJ: AgRg no RHC 110.812/PR, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 10/12/2019).

Ademais, ao contrário do que alega a defesa, a singela cautelar de proibição de ausentar-se do país com restrição à liberdade não se confunde.

Tampouco subsiste em favor do paciente o direito subjetivo de desfrutar da companhia de seus familiares no estrangeiro. Tal direito não é oponível à jurisdição criminal, sobretudo porque não há óbice que isso ocorra em território brasileiro.

[...]

Por todos esses fundamentos, não merece prosperar a impetração, estando perfeitamente justificada a proibição de o paciente ausentar-se do país.

Ressalte-se que:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO HABEAS CORPUS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. PROIBIÇÃO DE VIAGENS AO EXTERIOR. RETENÇÃO DE PASSAPORTE. NECESSIDADE. ORDEM PÚBLICA. CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS. POSSÍVEL PERMANÊNCIA DE RECURSOS ILÍCITOS NO EXTERIOR. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO CONCRETO. ADEQUAÇÃO. PROPORCIONALIDADE. CRIME TRANSNACIONAL. MODUS OPERANDI SOFISTICADO E COMPLEXO. ELEVADOS VALORES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

II - Por representarem restrições - ainda que atenuadas - à liberdade e ao direito de locomoção do cidadão jurisdicionado, as medidas cautelares pessoais alternativas não dispensam, tal como ocorre com a prisão preventiva, a demonstração do periculum libertatis e de sua proporcionalidade.

III - A proibição de realizar viagens ao exterior permanece necessária a fim de evitar a prática de novas infrações, visto haver a significativa probabilidade, consoante o conteúdo dos autos, de que o recorrente ainda tenha disponível elevada quantidade de recursos ilícitos no exterior, os quais, com real possibilidade, podem ser submetidos a novas condutas de branqueamento.

IV - Esta Corte Superior, em exame de prisões preventivas decretadas no curso da Operação Lava Jato, tem entendido que a disponibilidade de recursos no exterior constitui fundamento idôneo para a prisão preventiva decretada com o fim de assegurar a ordem pública, i. e., para impedir o cometimento de novos delitos. Com maior razão, portanto, admite-se a aplicação de medidas alternativas, de natureza mais branda.

V - A medida também é adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do recorrente, pois a este se imputa a prática do crime de

*lavagem de elevada quantidade de capitais, oriundos de condutas de corrupção ativa e passiva cometidas por organizações criminosas que causaram severos prejuízos à Administração Pública. Os crimes de lavagem de capitais teriam caráter transnacional e teriam sido cometidos mediante emprego de empresas offshores e contas instituídas em diversos estabelecimentos bancários no exterior, a caracterizar a adoção de um modus operandi complexo e sofisticado.*

*VI - O juízo de ponderação entre as medidas impostas e os resultados que se buscam resguardar - impedimento de se realizarem novas operações financeiras ilícitas no exterior -, demonstra que a medida encontra-se em conformidade com o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no HC 553.555/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2020, DJe 18/06/2020)*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Finalmente, no tocante à almejada decretação de sigilo dos autos, sabe-se que a regra geral é a publicidade dos atos processuais, só cabendo o segredo de justiça excepcionalmente, nas hipóteses constitucionalmente previstas, ou seja, quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem e "desde que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação", de acordo com os artigos 5º, inciso LX, e 93, inciso IX, da Constituição Federal.

O art. 189 do Código de Processo Civil preceitua as hipóteses em que os autos devem tramitar em segredo de justiça, *in verbis*:

*Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:*

*I - em que o exija o interesse público ou social;*

*II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;*

*III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;*

*IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.*

*§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.*

*§ 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.*

Por sua vez, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 121/2010, que disciplina a divulgação e consulta de dados relativos a processos judiciais.

Confira-se:

*Art. 1.º A consulta aos dados básicos dos processos judiciais será disponibilizada na rede mundial de computadores (internet), assegurado o direito de acesso a informações processuais a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou de demonstração de interesse.*

*Parágrafo único. No caso de processo em sigilo ou segredo de justiça não se aplica o disposto neste artigo.*

*Art. 2.º Os dados básicos do processo de livre acesso são:*

*I – número, classe e assuntos do processo;*

*II – nome das partes e de seus advogados;*

*III – movimentação processual;*

*IV – inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos.*

Da leitura dos mencionados dispositivos, conclui-se que, embora seja possível restringir a divulgação e o acesso de dados relativos a processos em andamento, tal limitação deve se cingir aos casos em que a preservação da intimidade e da vida privada se sobrepõe ao interesse público e ao princípio constitucional da publicidade dos atos processuais.

Com efeito, o sigilo dos dados de um processo judicial não é direito subjetivo absoluto dos envolvidos, sendo certo que o próprio Código de Processo Penal, no artigo 792, evidencia que a regra nos feitos criminais é a publicidade, que só será limitada nas hipóteses em que o acesso irrestrito puder resultar em escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.

Isso porque o interesse coletivo se sobrepõe às necessidades particulares, mormente quando os delitos em apreciação envolvem condutas que atingem, direta ou indiretamente, o patrimônio público.

Assim, a restrição demanda avaliação criteriosa e fundamentada, não bastando a mera menção aos eventuais prejuízos que possam vir a ser causados pela exposição pública dos fatos apurados.

Na espécie, o simples fato de haver nos autos documentos pessoais de menores de idade não implica violação ao seu direito à intimidade, até mesmo porque não estão envolvidos na ação penal em tela, em que se apuram fatos de notória gravidade e interesse público.

Em casos semelhantes, assim tem decidido este Superior Tribunal de Justiça:

*PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE DETERMINOU O LEVANTAMENTO DO SEGREDO DE JUSTIÇA. INQUÉRITO. PUBLICIDADE. REGRA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À INTIMIDADE. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. INTERESSE PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.*

*II - A Constituição Federal, em seu art. 5º, LX, estabeleceu a publicidade dos atos como regra, cuja medida somente pode ser suprimida "quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem", o que vem corroborado com a norma prevista no art. 93, IX, também do texto constitucional.*



III - O sigilo configura situação excepcional, razão pela qual o seu deferimento deve passar pelo crivo da ponderação dos princípios que incidem à hipótese, de acordo com as nuances do caso concreto.

IV - In casu, não obstante as razões que edificam o agravo em mesa, não vislumbro elementos suficientes a justificar a alteração do decisum ora atacado, mormente em face do interesse público maior que pende em favor da publicidade, evidenciado nos autos em função da dimensão dos fatos objeto da investigação, o que acaba por elidir a tese de suposta violação à intimidade do agravante, enquanto agente público.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Inq 1.190/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 29/03/2019)

No mesmo norte:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SIGILO. ART. 201, § 6º, DO CPP. PROTEÇÃO DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, HONRA E IMAGEM DO OFENDIDO. RESTRIÇÃO À PUBLICIDADE EM BENEFÍCIO DE RÉUS OU INVESTIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. RECURSO PROVIDO.

1. O art. 201, § 6º, do Código de Processo Penal trata da preservação da intimidade e vida privada da vítima e não do suposto autor do delito em apuração. Desse modo, mostra-se inadequado o fundamento jurídico indicado pelo magistrado singular e corroborado pelo eg. Tribunal de origem para justificar a necessidade de decretação de sigilo, uma vez que o segredo alcançou a qualificação dos acusados pela prática de supostos delitos contra a Administração Pública, e não eventuais vítimas.

2. Embora seja possível restringir a divulgação e o acesso de dados relativos a processos em andamento, tal limitação deve ficar adstrita a hipóteses em que a preservação da intimidade e da vida privada se sobrepõe ao interesse público. 3. A previsão contida na Resolução n. 212/2010, do Conselho Nacional de Justiça - que regulamenta a publicidade de atos processuais na internet e ressalva os casos de sigilo ou segredo de justiça -, assim como as referidas disposições do art. 201, § 6º, do Código de Processo Penal, não têm o condão de afastar o princípio constitucional da publicidade dos atos processuais.

4. O sigilo dos dados de um processo judicial não é direito subjetivo absoluto dos envolvidos. Ao contrário, interpretando-se a norma inserta no art. 792, do Código de Processo Penal, chega-se à conclusão de que a regra, para os processos regidos por esse diploma, é a da publicidade dos atos, que só será restringida nas hipóteses em que o acesso irrestrito puder resultar em escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.

5. Recurso ordinário em mandado de segurança provido, para determinar-se o levantamento do sigilo nos autos de origem.

(RMS 55.420/SP, de minha Relatoria, QUINTA TURMA,

*julgado em 02/08/2018, DJe 22/08/2018)*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar e o pleito de decretação de sigilo dos autos.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência